

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.837 - GO  
(2019/0341803-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : AGROPECUARIA RV LTDA**  
**EMBARGANTE : MAURUSAN NUNES DE ABREU**  
**EMBARGANTE : FABIO VELOZO DE ABREU**  
**EMBARGANTE : LENISA VELOZO DE ABREU SESCONETTO**  
**EMBARGANTE : ROGERIO VELOZO DE ABREU**  
**ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO ROCHA AIRES CRUVINEL - GO012858**  
**ANDRÉ LUIZ AIDAR ALVES - GO023010**  
**EMBARGADO : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES**  
**RURAI DO SUDOESTE GOIANO**  
**ADVOGADOS : LUCI CLEIA FERREIRA DA COSTA - GO018924**  
**LAIZA SILVA ALEIXO - GO019132**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por AGROPECUARIA RV LTDA e OUTROS em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que "Vossa Excelência, apenas indicou os motivos do não conhecimento do agravo em recurso especial, omitindo sua relação com a questão decidida" (fls. 978/979).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento, nos

termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, de que não se conhecerá do agravo em recurso especial que "*não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente um dos fundamentos da decisão agravada. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser **efetiva, individualizada, específica e fundamentada**. Ilustrativamente: AgRg no AREsp 226.300/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 13/12/2012.

Outrossim, veja-se que o exame de mérito do recurso especial restou prejudicado pela ausência de preenchimento dos pressupostos recursais e o consequente não conhecimento do agravo em recurso especial, que obstou a abertura desta instância superior e, portanto, a produção do efeito translativo.

Portanto, não há que se cogitar da ocorrência de omissão, uma vez que o recurso sequer ultrapassou o juízo prévio de admissibilidade para que o mérito fosse apreciado.

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente